

GOVERNANÇA DE REDES ORGANIZACIONAIS: ESTUDO DE CAMPO E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

George Eduardo Bezerra²⁰; Simone Tiêssa de Jesus Alves²¹; Cledinaldo Aparecido Dias²².

Resumo: Dada a multiplicidade de atores e interesses na tomada de decisão e nos objetivos das redes organizacionais, o estudo da governança, em seus distintos enfoques, é essencial para o entendimento sistêmico do campo. Partindo do questionamento de qual seria o perfil dos estudos do campo de governança de redes e os principais conceitos abordados na literatura nos últimos anos, definiu-se como objetivo analisar a produção científica sobre governança de redes, abordando desde os principais conceitos sobre governança e redes contemplados nos artigos analisados, até o perfil teórico-metodológico dos trabalhos, trazendo assim um maior entendimento do termo governança no contexto de redes organizacionais, a fim de gerar contribuições para o entendimento do conceito no campo. Realizou-se um estudo bibliométrico com 84 artigos coletados da base ProQuest, publicados entre 2006 e 2016. Após, foram realizadas estatísticas que apontassem os principais conceitos de governança abordados nos trabalhos, bem como o perfil teórico-metodológico destes. Também foi utilizada a técnica de Análise de Redes Sociais (ARS) para análise da rede de temas e teorias dos trabalhos. Na rede de teorias, verificou-se buracos estruturais no campo, dada a divergência nas denominações de conceitos de significado próximo e a multiplicidade de contextos de aplicações das teorias. Dentre as principais temáticas tratadas sobre redes organizacionais no período, destacam-se: Governança de Redes, Meio Ambiente, Gestão Pública, Política e Redes Sociais. Sugere-se o desenvolvimento de ensaios teóricos, pouco abordados na literatura, que discutam a interconexão das temáticas e uma agenda que interligue temas e teorias para melhor compreensão do campo e suas interconexões.

Palavras-chave: redes interorganizacionais, análise de redes sociais, estruturas de governança.

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudos de redes organizacionais contempla inúmeros construtos e temas decorrentes da interação entre firmas. Aspectos como cooperação, competição, inovação, aprendizado, governança, interdependência de recursos são recorrentes nos enfoques do campo (Williamson, 1979; Miles & Snow, 1986; Perrow, 1993; Lastres & Cassiollato, 2006). Os primeiros estudos sobre redes foram publicados em meados da década de 1960 (Jarillo, 1988). Os estudos de Granovetter (1983) na década de 1980, deram um novo enfoque para a análise dos tipos de laços (fortes ou fracos) entre os elos e suas contribuições para o acesso à novas redes, recursos, parcerias ou atores. Burt (1992) amplia as considerações de Granovetter propondo um modelo de competição econômica baseado na estrutura do relacionamento social e no conceito de "buraco estrutural", brechas ou lacunas formadas entre dois atores, localizados em grupos sociais ou redes distintas, sem conexão entre si, e que detêm recursos complementares.

Dentre os vários conceitos da literatura, as redes organizacionais podem ser compreendidas como arranjos institucionais que proporcionam a organização de atividades econômicas, por meio da coordenação das ligações sistemáticas entre firmas com interdependência técnico-produtiva (Carstens & Machado-da-Silva, 2006). Contudo, os estudos de Hoffmann, Molina-Morales e Martínez-Fernández (2007, p. 109) ressaltam que "pensar em tipologia, em termos de redes, é um risco, pois existem várias classificações e conceitos que se equivalem". Essas diferentes tipologias ou configurações de redes materializam as distintas configurações da governança dos atores. Esta, por sua vez, exprime as regras, critérios de decisão, responsabilidades e os limites de autonomia e ações dos participantes (Roth, Wegner, Júnior & Padula, 2012).

Inicialmente, o termo governança ganhou corpo nos estudos organizacionais a partir dos trabalhos de Williamson (1979, 1988). Para este autor, a tipologia de governança entre firmas dependia do tipo relação e dos custos de transações para os agentes, ou seja, dos custos associados à obtenção de informações privilegiadas, manutenção de parcerias contratuais de fornecimento e do risco associado à obtenção de mercadorias no mercado. Nesse período, o termo governança era tratado no nível firma, também remetendo ao governo (gestão em nível estratégico) que visava à garantia dos interesses dos acionistas e monitoramento destes nas ações das empresas e suas parcerias, por meio de seus diretores e gestores (Fama & Jensen, 1983). Em outra vertente, os

²⁰Acadêmico do curso de Administração - Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: georgeeduardobezerra@gmail.com

²¹Professora do curso de Administração - Unimontes. Doutoranda pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: tiessa.alves@gmail.com

²²Professor do curso de Administração - Unimontes. Doutorando pela UnB. E-mail: cledinaldodias@yahoo.com.br

estudos de Miles e Snow (1986) apontam que essa dinâmica de redes depende: (a) da desintegração vertical das atividades comerciais, que passam a ser realizadas por empresas da rede; (b) da formação de grupos empresariais; (c) dos mecanismos de mercado e (d) dos sistemas de informação compartilhados na rede, a partir da cooperação e confiança entre os agentes. Perrow (1993) a governança combina arranjos organizacionais específicos, como mercados, hierarquias corporativas, associações, redes, terceirizações de longo prazo, acordos bilaterais, *joint-ventures*, dentre outras. A principal distinção entre a governança de redes e a corporativa são os tipos de atores. A governança de redes tem o enfoque em firmas e não indivíduos (acionistas) (Roth, *et al.*, 2012). Assim, as estruturas de governança podem ser compreendidas como “[...] a capacidade de comando ou coordenação que certos agentes ou instituições exercem sobre as inter-relações produtivas, comerciais, tecnológicas e outras” (Suzigan, Garcia & Furtado, 2007, p. 1). Embora existam muitos pontos de convergências entre os conceitos, o construto governança apresenta crescente expansão de conceitos e variáveis nos estudos do campo, tornando-se essenciais estudos que acompanhem as evoluções no *mainstream* de estudos organizacionais.

Argumenta-se quanto à necessidade de aprofundamento conceitual, caracterizando-os como duas dimensões imprescindíveis para a constituição e o desenvolvimento das redes. Partindo do questionamento de qual seria o perfil dos estudos do campo de governança de redes e os principais conceitos abordados na literatura nos últimos anos, definiu-se como objetivo deste estudo analisar a produção científica internacional sobre governança de redes, abordando desde os principais conceitos contemplados nos artigos analisados como o perfil teórico-metodológico dos trabalhos, trazendo assim um maior entendimento do termo governança no contexto de redes organizacionais, a fim de gerar contribuições para o entendimento do conceito no campo.

Assim, o artigo foi estruturado da seguinte forma: primeiramente, em uma breve revisão de literatura, são abordados conceitos de redes organizacionais e governança de redes; em seguida, são apresentados os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa bibliométrica e análise dos dados; na sequência, são expostos os resultados da pesquisa através de exposições conceituais, estatísticas descritivas e Análise de Redes Sociais (ARS); e, por último, são feitas considerações finais sobre o campo e recomendações de estudos futuros, provocando a continuidade dos estudos a partir das lacunas teóricas e metodológicas observadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção estão expostas abordagens de redes organizacionais, governança de redes, tipologias de governança, bem como seus elementos, com base na literatura existente na área.

2.1 Redes Organizacionais e Governança de Redes

Em ciências sociais, a teoria das redes sociais (*social networks*) é uma das poucas que pode ser aplicada em vários níveis de análise, abrangendo de pequenos grupos a sistemas globais inteiros, uma vez que seus conceitos se aplicam a indivíduos, grupos, organizações, nações e sistemas internacionais (Kadushin, 2012). A partir desta teoria é possível estudar os laços sociais entre atores de uma rede específica e o desencadeamento dessa relação no desempenho da organização. As relações sociais influenciam comportamentos e instituições, e as estruturas das relações sociais da moderna sociedade industrial podem até mesmo ser consideradas fatores de impacto na ação econômica (Granovetter, 1981, 1985). Ainda, os fundamentos da teoria de redes possibilitam uma investigação das interdependências entre empresas, e a partir disso, uma compreensão dos reflexos destas relações nas configurações interorganizacionais e da decorrente vantagem competitiva advinda delas (Britto, 2000).

Burt (1992) salienta como diferentes posições dentro da rede de relacionamentos podem afetar as oportunidades dos atores, visto que o número de inter-relações com outros atores define seus posicionamentos na rede e acaba reforçando relações de poder para com atores marginais (com menor número de inter-relações) da rede. Nesse interim, a governança de redes está associada às formas pelas quais organizações (públicas ou privadas) conduzem seus problemas comuns, e por meio de ações cooperativas adequam interesses conflitantes ou distintos (Cassiolato & Lastres, 2003; Albers, 2005; Theurl, 2005; Provan & Kenis, 2008). Nas redes, há uma tendência à formalização e constituição de uma forma operativa nas organizações, a partir do momento em que os integrantes se conscientizam dos ganhos e benefícios auferidos conjuntamente (Pascotto, Farina, Rodrigues & Dugo, 2013).

Kljin e Koppenjan (2014) definem rede em um contexto de governança como conjunto de atores autônomos, porém interdependentes (indivíduos, grupos, organizações) que estabeleceram relacionamentos duradouros a fim de governar problemas específicos. Kadushin (2012) de forma sucinta define rede como um conjunto de relações; assim, uma rede contém um conjunto de atores (nós) e um mapeamento ou descrição das relações entre os atores. De forma mais específica, e no contexto organizacional, tem-se uma abordagem com foco em estruturas de relações entre organizações, com análises de redes que permeiam dois níveis distintos de observação: (1) estrutural e (2) relacional. O primeiro (envolvendo toda a rede), explicita a posição estrutural de

um ator na totalidade da rede como fator de influência em seu comportamento. Já o segundo nível (envolvendo pares) mostra a dependência do comportamento dos atores por meio de uma estrutura de mútuas expectativas (Granovetter, 1985). Assim, a governança é expressa, no contexto de redes, pelo desenho, estrutura ou topologia dos relacionamentos, bem como pela troca de elementos de entre organizações de forma coordenada, preservando objetivos individuais, sem prejudicar os objetivos comuns (Provan & Kenis 2008; Theurl, 2005; Roth et al., 2012).

2.2 Tipologias de Governança

O debate sobre governança tomou corpo a partir de meados da década de 1970, tendo duas vertentes: a primeira, relacionada às “boas práticas” de governar empresas, focando o discurso da eficiência e transparência; a segunda, no compartilhamento e divisão de poderes da gestão pública nas regiões, incorporando prefeituras, associações empresariais, sindicatos e entidades civis (Pires, Fuin, Mancini & Neto, 2011). Após a década de 1990, o termo passou a ser utilizado de forma mais ampla, referindo-se aos “processos complexos de tomada de decisão, tais como: divisão de poderes, descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar, parcerias entre o público e o privado” (Cassiolato & Lastres, 2003, p.14).

O conceito têm se tornado cada vez mais difuso, com múltiplas aplicabilidades, dentre as quais, pode-se citar (Alves, 2001; Gomides & Silva, 2010): (1) governança corporativa, no que concerne a métodos de gestão de empresas na rede; (2) governança ambiental, que está relacionada aos meios de preservação de meio ambiente; (3) governança pública ou política, que envolve a gestão de mecanismos institucionais e políticas públicas e às interações entre o Estado e a sociedade e, portanto, sistemas de coligação e de grupos de pressão públicos e privados (Cassiolato & Lastres, 2003); (4) governança urbana (Kooiman, 2002; Frey, 2007), que implica nas condições para que os diversos atores lidem com transformações do ambiente urbano; (5) governança eletrônica (*e-gov*) que está relacionada a aplicação dos recursos da tecnologia da informação na gestão pública; (6) governança territorial, por meio de redes auto organizadas em conjuntos complexos de organizações, instituições e atores, públicos e privados (Dallabrida, 2015).

No que se refere a governança de redes organizacionais, a governança pode ocorrer entre atores públicos e privados. No público, há ações coordenadas pelos governos locais para a assistência e promoção dos produtores aglomerados. Entre essas ações, destacam-se a criação e manutenção de organismos voltados à promoção do desenvolvimento dos produtores locais, centros de prestações de serviços tecnológicos e agências governamentais de desenvolvimento. No privado, o dinamismo da aglomeração das organizações depende fundamentalmente das estratégias da organização líder, que é capaz de coordenar as relações entre os diversos agentes que compõem o sistema (Suzigan *et al.*, 2007; Alves, Gonçalves & Pardini, 2014). Quanto às relações de redes, Suzigan *et al.* (2007) discorre sobre a confiança entre os agentes, onde o nível de interações interorganizacionais, formalização dos entrelaçamentos, intensidade, confiança das relações e a reciprocidade dos atores envolvidos na rede influenciarão na amplitude de atuação das estruturas de governança em arranjos produtivos locais ou redes organizacionais. O sistema de governança deve, por fim, definir normas, autonomia e limites de funcionamento da rede, prevendo, por exemplo, que as estratégias sejam definidas de forma coletiva e buscando consenso, com a participação de todas as organizações que compõem a rede (Roth et al., 2012).

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliométrica, fundamentada no conceito de Bufrem e Prates (2005) que busca identificar as tendências de pesquisa e o crescimento do conhecimento em uma disciplina específica. A base de dados utilizada para definição do escopo de análise foi o ProQuest. Primeiramente, foram definidos como termos de busca as expressões “*network governance*” ou “*governance network*”, sendo que estas deveriam estar contidas nos resumos (*abstracts*) de artigos em inglês em periódicos acadêmicos internacionais. O período definido para a busca foi de 2006 a 2016 (estudo longitudinal de onze anos), visto que a análise das pesquisas da última década é suficiente para perceber e compreender uma evolução no campo de estudos sobre Governança de Redes.

A busca obteve 97 resultados, que foram analisados individualmente. A análise de conteúdo levou em conta (1) pertinência ao tema e (2) formato do documento. Após a seleção, foram excluídos 13 dos resultados, concretizando uma amostra de 84 artigos finalmente utilizados na tabulação. Vale ressaltar que os termos escolhidos para busca, a base de dados utilizada e o período definido influenciaram diretamente nos resultados, que provavelmente seriam diferentes em outras condições. Foram 10 as dimensões de análise com suas respectivas variáveis utilizadas na tabulação dos artigos, conforme demonstra a Tabela 1, de forma sintetizada.

Tabela 1
Variáveis utilizadas na análise dos artigos selecionados

Dimensão de análise	Variáveis
Ano	Ano de publicação do artigo (2006, 2007... 2016)
Periódico	Periódico no qual o artigo foi publicado (total de 74 periódicos)
País	País dos autores (total de 34 países)
Temas	Assuntos centrais dos estudos (de 2 a 3 por artigo), totalizando 56 temas
Teorias	Principais teorias utilizadas nos estudos, totalizando 35 teorias
Tipo de artigo	Teórico ou empírico
Abordagem metodológica	Qualitativo, quantitativo, transversal, longitudinal
Caracterização do estudo	Exploratório, descritivo, explicativo, Bibliométrico, bibliográfico, experimento, estudo de caso, multicasos
Método de coleta	Grupo focal, Survey, entrevista, dados secundários, documentos
Método de análise	Estatística descritiva, estatística paramétrica, dados em painel, regressão simples, microanálise, análise de conteúdo.

O procedimento de análise deu-se através de estatística descritiva, uma vez que os dados foram organizados, tabulados e interpretados de acordo com procedimentos bem definidos (Kachigan, 1986). Também foi feita a análise das redes de temas e teorias, com seus indicadores (centralidade, intermediação e proximidade), via softwares UCINET e NetDraw. Para tanto, as variáveis “tema” e “teoria” foram tabuladas de forma a assumirem valores dicotômicos para fins de análise de rede: “1” para a existência no artigo e “0” para a não existência. As demais variáveis tiveram o total de N (número de ocorrências) computadas para estatísticas descritivas simples (Matheus, Parreiras & Parreiras, 2006).

O intuito da utilização da Análise de Redes Sociais na pesquisa foi entender como estão relacionados os temas centrais abordados nos artigos (Wasserman & Faust, 1994) do campo da governança de redes. Foi formada uma matriz de afiliação através das somas de sobreposições de produtos cruzados (Hanneman & Riddle, 2005).

Logo, realizou-se a comparação da centralidade dos temas, utilizando como medidas: centralidade de grau (*degree*), intermediação (*betweenness*) e proximidade (*closeness*). A centralidade do grau de um tema/teoria reflete a quantidade de outros temas/teorias que estão próximos a ele e com os quais tem contato direto (Wasserman & Faust, 1994). Logo, as temáticas com mais relações tendem a ocupar posições de destaque (mais centralizadas) na rede (Cadima, Ojeda & Monguet, 2012). O grau de intermediação representa o número de pares de nós da rede que podem ser conectados através do tema ou teoria (Bez, Faraco, & Angeloni, 2011). Esta medida é obtida por meio da quantidade de vezes em que o tema/teoria aparece entre dois atores da rede, como uma ponte entre a comunicação destes. Quanto mais alto o valor, melhor a capacidade de um nó (tema) intermediar relações entre os demais (Borgatti, Carley & Krackhardt, 2006). O grau de proximidade, por sua vez, é a capacidade de ligação do tema a todos os atores da rede. Ele é calculado a partir das distâncias geodésicas entre um ator e os demais. Quando mais alto o valor, melhor capacidade do nó de se ligar com os demais atores da rede (Borgatti, Carley & Krackhardt, 2006; Alejandro & Norman, 2005). Ainda foi utilizada a análise de facções, que serviu para identificar os principais subgrupos das redes de temas e teorias.

4 CONCEITOS, PERFIL E ABORDAGENS DO CAMPO

Inicia-se esta seção abordando os principais conceitos de governança de redes utilizados pelos artigos que compuseram a amostra. Em seguida, são apresentadas estatísticas descritivas relativas ao perfil do campo (teorias, temas, métodos, periódicos, países), bem como a análise da rede de temas e teorias dos artigos.

Na base de artigos analisadas neste estudo foram encontrados 15 termos e conceitos associados à governança de redes organizacionais (Tabela 2).

Tabela 2

Termos e conceitos de governança abordados nos artigos

Termo	Conceito	Autor
Governança de rede	A governança da rede envolve um conjunto seletivo, persistente e estruturado de empresas autônomas (bem como agências sem fins lucrativos) envolvidas na criação de produtos ou serviços com base em contratos implícitos e de forma indefinida para se adaptar a contingências ambientais e coordenar e salvaguardar as trocas. Estes contratos são socialmente - não legalmente - vinculativos.	Jones, Hesterly, Borgatti, 1997; Yoon & Hyun, 2010.
Governança colaborativa	Pode ser definida como um acordo de governo em que uma ou mais agências públicas envolvem diretamente partes interessadas não estatais em um processo coletivo de tomada de decisão formal, orientado para o consenso e deliberativo, e que visa fazer ou implementar políticas públicas ou gerenciar programas ou ativos públicos.	Ansell & Gash, 2008; Howlett, 2014.
Metagovernança	A ordem de governança em que valores, normas e princípios são avançados de acordo com as práticas de governança que podem ser formadas e avaliadas.	Kooiman & Jentoft, 2009; Thauer, 2015.
Governança mista	Modelo que permite a coexistência de múltiplas formas de governança, concorrentes ou cooperativas, gerido por uma macro governança de ordem superior, geralmente direcionada para interesses do Estado, como políticas sociais operadas por agentes públicos e privados.	Bode & Firbank, 2009.
Governança ambiental	Os arranjos e instituições formais e informais que determinam a forma como são utilizados os recursos ou o meio ambiente: como os problemas e as oportunidades são avaliados e analisados; Que comportamento é considerado aceitável ou proibido; E quais regras e sanções são aplicadas para afetar o padrão de uso de recursos e meio ambiente.	Juda, 1999.
Governança emergente (pop-up)	É uma forma de governança de rede transitória, que é estabelecida por uma duração e propósito limitados e é desmantelada assim que o projeto termina e já não é necessário. Porém, embora sejam de duração delimitada, essas estruturas de governança são projetadas para uma	Laurie, 2011; Bell, Kennedy, Smeed,

	<p>produtividade ótima, além de estruturas que são reflexivas e responsivas às muitas questões que surgem à medida que a pesquisa é iniciada, coordenada e executada.</p>	<p>Muddyman, Kaye, 2015.</p>
<p>Governança horizontal</p>	<p>Os autores entendem que a governança vertical diz respeito à administração direta e indireta. Já a governança horizontal remete às organizações do terceiro setor e sociedade civil que buscam suprir as falhas do Estado do Bem Estar Social, formando estruturas organizacionais e hierarquias de redes sociais a fim de entregar soluções eficientes e legitimar práticas de gestão social.</p>	<p>Rhodes, 1997; Hertting, 2009.</p>
<p>Governança orientada por investidores</p>	<p>Coalizões formais ou alianças lideradas por investidores, envolvendo outros atores da sociedade civil e também corporações.</p>	<p>MacLeod, 2009.</p>
<p>Governança informal</p>	<p>A governança informal significa que a produção de valores públicos decorre da interação de uma infinidade de atores públicos, privados, coletivos e individuais. Os mecanismos em uso dependem, além disso, até certo ponto da cooperação dos atores não governamentais envolvidos. Sendo assim, participação no processo de tomada de decisão ainda não é ou não pode ser codificada e aplicada publicamente. Mas também pode significar que certo grupo de tomadores de decisão concorda informalmente em defender ou promulgar políticas específicas, enquanto ainda atua em contextos formais de tomada de decisão.</p>	<p>Grydehøj & Nurdin, 2016.</p>
<p>Governança multinível</p>	<p>A governação multinível refere-se a uma situação em que as autoridades públicas encarregadas de um determinado domínio político pertencem a vários níveis de competências de autoridade e políticas e os recursos orçamentários são distribuídos por esses níveis de governo. Isso aumenta o número de atores, organizações, agendas e políticas a serem coordenadas para alcançar políticas coerentes.</p>	<p>Kelman, 2013.</p>
<p>Governança nodal</p>	<p>A teoria da governança nodal explica como uma variedade de atores opera dentro de sistemas sociais e interagem ao longo das redes para governar os complexos sistemas em que habitam. A discussão emerge da teoria de redes contemporânea e abrange o poder, as instituições, os recursos, os interesses e as “mentalidades” presentes nas redes.</p>	<p>Burris, Drahos & Shearing, 2005;</p>
<p>Governança periférica</p>	<p>Baseia-se em redes de governança sociais decorrentes de jurisprudências e mecanismos periféricos transterritoriais que permitem ao Estado se aproximar e compreender a diversidade inerente aos atores marginalizados das políticas de saúde.</p>	<p>Fletcher, 2013; Hospes, 2014.</p>

Governança rival	Formas interorganizacionais de colaboração que surgem quando os atores se sentem excluídos da criação de uma iniciativa ou em desvantagem no decorrer do seu desenvolvimento, fomentando uma governança concorrente à anterior.	Smith & Fischlein, 2010.
Governança global	Criação e implementação, em escala global, de regras e mecanismos de regulação multilaterais e não territoriais a partir de atores governamentais e não governamentais, como corporações transnacionais (STNs) e grupos da sociedade civil.	Scherer, Palazzo, & Baumann, 2006.
Governança urbana	Formas de governança integrando agentes não governamentais e governamentais em regiões urbanas, formando parcerias público-privadas ou coalizões comunitárias para construir um capital social com efeito positivo para a comunidade.	Milward & Provan, 2000.

Essa diversidade de terminologias, conceitos e construtos associados ao termo governança enfatiza que a discussão sobre o tema está longe de se encerrar. Contudo, há algo em comum em todos os termos revisados. O termo governança emerge cinco aspectos fundamentais: redes de atores e organizações, mecanismos interorganizacionais de gestão, recursos, poder e instituições.

4.1 O Campo de Estudos em Governança de Redes: evolução e características

Os dados obtidos com a pesquisa bibliométrica do campo de estudos em governança de redes revelam um crescente interesse pela área no âmbito internacional, com debate acadêmico contínuo e recentemente um aumento considerável de produções na área. Conforme demonstra a Figura 1, com menor número de publicações está o ano de 2007 (4 publicações). Contudo, no ano de 2016, 15 artigos da temática foram publicados. Com isso, é possível notar uma tendência crescente moderada na produção, com uma média ponderada de 7 publicações ao ano no intervalo.

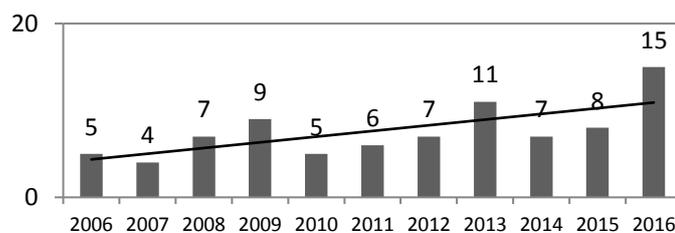


Figura 1. Evolução e Tendência da Produção Científica no Campo (2006-2016)

A partir da Tabela 3, nota-se que a maioria dos artigos analisados são empíricos (N=56, 67%), em detrimento dos artigos de cunho teórico (N=28, 33%). Esse dado evidencia que a aplicabilidade dos conceitos de governança em diferentes contextos requer a observação, coleta e utilização de dados, através de variados métodos, que caracterizam a abordagem metodológica utilizada. As abordagens são em sua maioria qualitativas (N=72, 85%) e transversais (N=58, 69%), com estudos exploratórios em 38,78% dos artigos (N=57), e estudos de caso sendo apresentados em quase metade (N=37, 44%) destes, o que reforça que há uma forte tendência empírica no campo. O método de coleta predominante utilizado nos artigos partiu da utilização de dados secundários (N=69, 82%), seguido do uso de entrevistas semiestruturadas (N=21, 25%). Quanto aos métodos de análise, apenas 2 artigos não apresentaram utilização de análise de conteúdo (N=82, 97%), sendo que em 20 artigos foi utilizada a estatística descritiva para exposição e análise de dados. Vale ressaltar que em alguns casos foi atribuída mais de uma variável da dimensão de análise ao mesmo artigo, como por exemplo, quando utilizados dados secundários juntamente com entrevistas.

Tabela 3

Características Metodológicas das Produções Científicas do Campo

Variável	N	%	Variável	N	%
<i>Tipo de artigo</i>			<i>Método de coleta</i>		
Empírico	56	66,67	Dados secundários	69	57,02
Teórico	28	33,33	Entrevista	21	17,36
<i>Abordagem metodológica</i>			Documentos	20	16,53
Qualitativo	72	42,11	Survey	11	9,09
Transversal	58	33,92	Grupo focal	0	0,00
Longitudinal	22	12,87	<i>Método de análise</i>		
Quantitativo	19	11,11	Análise de conteúdo	82	75,93
<i>Caracterização do estudo</i>			Estatística descritiva	20	18,52
Exploratório	57	38,78	Dados em painel	4	3,70
Estudo de caso	37	25,17	Estatística paramétrica	2	1,85
Bibliográfico	22	14,97	Regressão simples	0	0,00
Multicasos	16	10,88	Microanálise	0	0,00
Descritivo	12	8,16			
Explicativo	2	1,36			
Experimento	1	0,68			
Bibliométrico	0	0,00			

Nota-se a partir da Tabela 4 que, embora a pulverização da produção acadêmica sobre a temática, houve participação de uma grande quantidade de periódicos (N=70) na publicação de artigos do campo. Quanto aos países, os Estados Unidos é o país com maior número de autores nos artigos analisados (N=22), seguido do Reino Unido (N=16), Países Baixos (N=7), Canadá (N=7) e Austrália (N=7).

Tabela 4

Frequência de artigos por periódicos e países dos autores

Variável	N	%	Variável	N	%
<i>Periódico</i>			<i>País</i>		
Public Administration Review	3	3,57	EUA	22	21,15
Policy Sciences	3	3,57	Reino Unido	16	15,38
Journal of Housing and the Built Environment	3	3,57	Países Baixos	7	6,73
Administrative Theory & Praxis	3	3,57	Canada	7	6,73
International Journal of Sociology and Social Policy	2	2,38	Australia	7	6,73
Management Decision	2	2,38	Dinamarca	3	2,88
Electronic Markets	2	2,38	Alemanha	3	2,88
The Policy Studies Journal	2	2,38	China	3	2,88
British Politics	2	2,38	Suíça	3	2,88
Higher Education	2	2,38	Noruega	3	2,88
Outros	60	71,43	Rússia	2	1,92
			Itália	2	1,92
			Republica Checa	2	1,92
			Suécia	2	1,92
			Franca	2	1,92

Áustria	2	1,92
Outros	18	17,31

Observa-se, a partir da Figura 2, a percepção de uma quantidade considerável de variados temas encontrados nas análises dos artigos. Dentre eles, “Governança de rede” (22,17%) teve maior representatividade, seguido de “Meio ambiente” (7,39%), “Gestão Pública” (6,09%) e “Redes Sociais” (5,22%) que foram mais abordados na análise realizada. Os demais temas com menos de 2% de representatividade foram agrupados como “Outros” (43,48%). Nota-se a governança de redes como um campo complexo e abrangente devido à multidisciplinaridade existente.

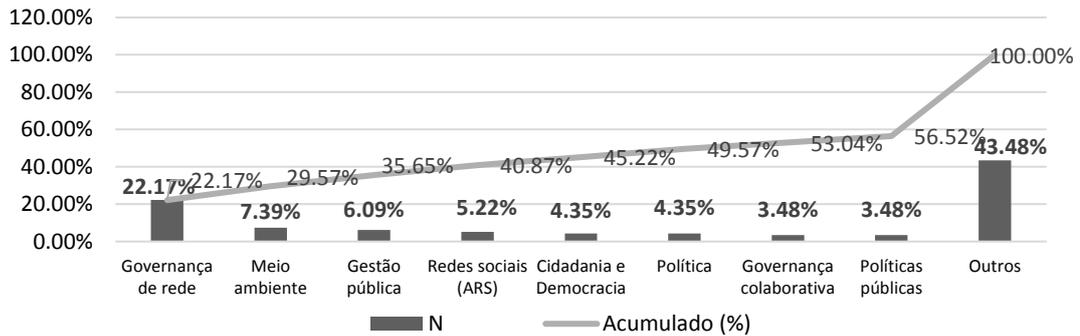


Figura 2. Principais Temas dos Artigos (N e % acumulado)

É possível observar através da Figura 3, a utilização de variadas teorias que tiveram como objetivo o embasamento teórico de construtos a fim de engrandecer as propostas dos artigos que foram analisados. Nota-se que a teoria de maior frequência foi “Governança de Redes” (35,65%), seguido de “Análise de Redes Sociais” (15,65%), “Redes de Democracia e Governança” (11,30%) e “Governança Colaborativa” (6,09%). As demais teorias com menos de 1% de representatividade foram agrupadas como “Outras” (24,35%).

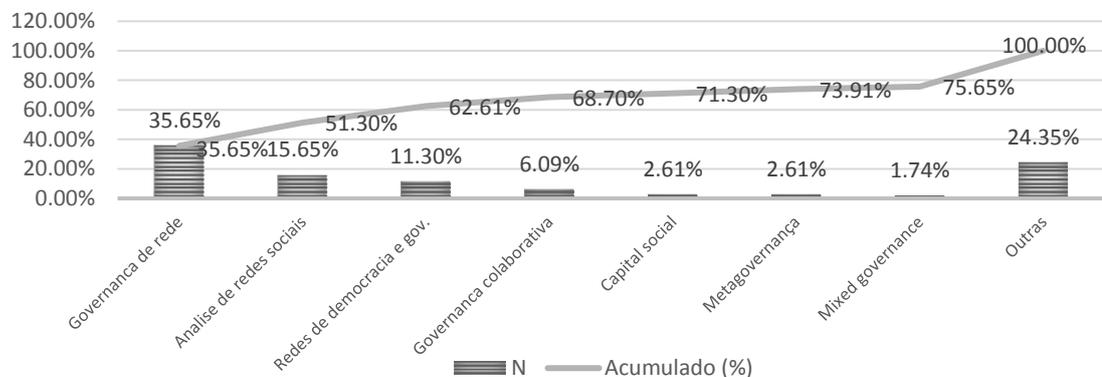


Figura 3. Principais Teorias Utilizadas nos Artigos (N e % acumulado)

4.2 Análise das Redes de Temas e Teorias

A Tabela 5 é constituída pelos principais temas, classificados por ordem decrescente de centralidade de grau, intermediação e proximidade. Para tanto, foram excluídos os temas com centralidade de grau inferior a 6.000. Verifica-se que as dez temáticas centrais do campo são: Governança de rede (*degree* = 36.000, *betweenness* = 731.048 e *closeness* = 85.000), Meio ambiente (*degree* = 16.000, *betweenness* = 134.614 e *closeness* = 112.000), Gestão pública (*degree* = 15.000, *betweenness* = 108.055 e *closeness* = 113.000), Política (*degree* = 12.000, *betweenness* = 112.009 e *closeness* = 117.000), Redes sociais (*degree* = 12.000, *betweenness* = 73.281 e *closeness* = 115.000), Governança colaborativa (*degree* = 10.000, *betweenness* = 34.871 e *closeness* = 116.000), Políticas públicas (*degree* = 10.000, *betweenness* = 27.114 e *closeness* = 115.000), Direito (*degree* = 10.000, *betweenness* = 25.503 e *closeness* = 118.000), Governança corporativa (*degree* = 9.000, *betweenness* = 102.294 e *closeness* = 121.000) e Cidadania e Democracia (*degree* = 9.000, *betweenness* = 34.000 e *closeness* = 119.000).

Tabela 5

Graus de Centralidade, Intermediação e Proximidade dos Temas

Temas	Centralidade de grau	Intermediação	Proximidade
Governança de rede	36.000	731.048	85.000
Meio ambiente	16.000	134.614	112.000
Gestão pública	15.000	108.055	113.000
Política	12.000	112.009	117.000
Redes sociais	12.000	73.281	115.000
Governança colaborativa	10.000	34.871	116.000
Políticas públicas	10.000	27.114	115.000
Direito	10.000	25.503	118.000
Governança corporativa	9.000	102.294	121.000
Cidadania e Democracia	9.000	34.000	119.000
Economia	9.000	31.305	120.000
Confiança entre atores	7.000	31.215	124.000
Mecanismos sociais e institucionais	7.000	29.606	121.000
Governança urbana	7.000	26.586	122.000
Transnacionalismo	7.000	16.118	124.000
Governança global	7.000	9.017	145.000
Desenvolvimento urbano	6.000	24.197	127.000
Tecnologia	6.000	17.139	125.000
Gestão de riscos	6.000	9.533	125.000

Como principais temas intermediadores de fronteiras têm-se (Figura 4): (1) da facção preta, Mecanismos sociais e institucionais (interliga quatro temas centrais da facção vermelha), (2) da facção vermelha, Governança colaborativa, que interliga dois temas da facção rosa. Verifica-se na facção azul que o tema Gestão de Riscos interliga três temas centrais da facção vermelha, e Educação interliga 2 temas centrais da facção vermelha.

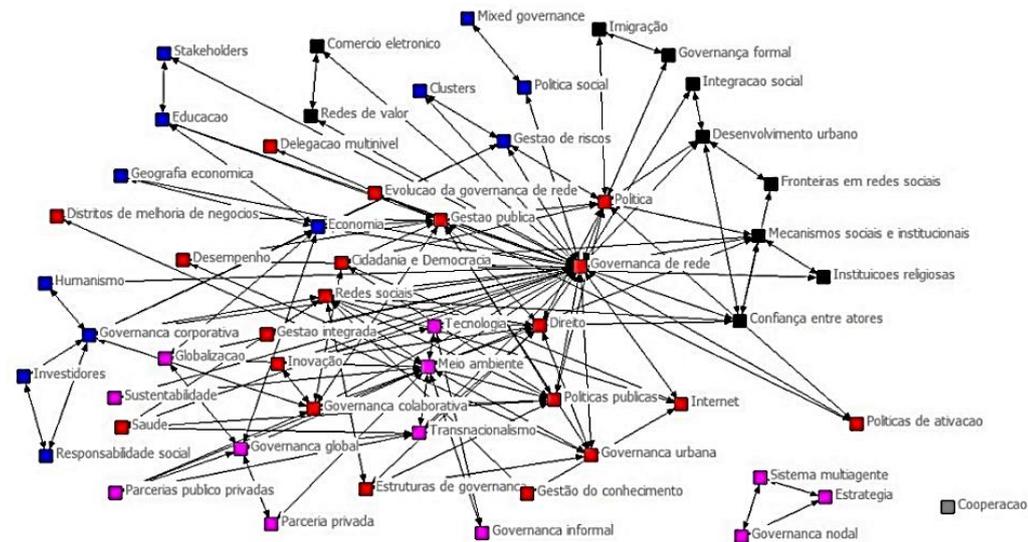


Figura 4. Facções da rede de temas

Ainda na Figura 4, observou-se a formação de um clique isolado da rede central, formado pela tríade temática: sistema multiagente, estratégia e governança nodal, que estão mais próximos da facção rosa. Sugere-se que estudos que utilizem de outras abordagens de governança interliguem a rede a estas temáticas. Em contraponto com a revisão de literatura, o tema Cooperação não aparece como central e está isolado da rede principal.

Na Tabela 6 estão classificadas as 7 principais teorias, classificadas por ordem decrescente de centralidade de grau, intermediação e proximidade. Observa-se que esses sete constructos centrais do campo são: Governança de rede (*degree* = 15.000, *closeness* = 92.000 e *betweenness* = 96.500), Redes de democracia e governança (*degree* = 5.000, *closeness* = 102.000 e *betweenness* = 14.500), Análise de Redes Sociais (*degree* = 4.000, *closeness* = 103.000 e *betweenness* = 1.000), Governança colaborativa (*degree* = 3.000, *closeness* = 105.000 e *betweenness* = 0), *Stakeholders* (*degree* = 3.000, *closeness* = 105.000 e *betweenness* = 0), Hélice tríplice (*degree* = 3.000, *closeness* = 105.000 e *betweenness* = 0) e Capital social (*degree* = 3.000, *closeness* = 104.000 e *betweenness* = 0).

Com centralidade de grau igual a 2.000, *intermediação* 133.000 e *proximidade* 0, foram identificadas as teorias *RBV*, *Affordancetecnológica*, *Atualização organizacional*, *Ciclo de cooperação*, *Governança nodal*, *Governança periférica*, *Modelo C2C*, *Neoweberianismo*, *Nova gestão pública* e *Redes de valor*. Com o mesmo grau de centralidade e intermediação, mas com proximidade igual a 106.000 verifica-se as teorias *Governança horizontal*, *Delegação multinível*, *Estruturas de governança*, *Gestão do desempenho*, *Governança mista*, *Metagovernança*, *Neoliberalismo*, *Redes de governança orientada por investidores* e *Sistema multiagente*. Já com centralidade de grau igual a 1.000, *intermediação* 136.000 e *proximidade* 0, foram identificadas as teorias: *Boundary spanners*, *Gestão participativa*, *Governança ambiental*, *Governança emergente*, *Governança informal*, *Governança multinível*, *Pesquisa interdisciplinar*, *Rede de governança rival* e *Teoria do grupo de redes*.

Tabela 6
Graus de Centralidade, Proximidade e Intermediação das Teorias

Teorias	Centralidade de grau	Proximidade	Intermediação
Governança de rede	15.000	92.000	96.500
Redes de democracia e governança	5.000	102.000	14.500
Análise de redes sociais	4.000	103.000	1.000
Governança colaborativa	3.000	105.000	0
<i>Stakeholders</i>	3.000	105.000	0
Hélice tríplice	3.000	105.000	0
Capital social	3.000	104.000	0

Verifica-se na Figura 5 que nove teorias estão isoladas, não apresentando nenhuma conexão com as demais mapeadas na rede: *Boundary spanners*, *Gestão participativa*, *Governança ambiental*, *Governança emergente*, *Governança informal*, *Governança multinível*, *Pesquisa interdisciplinar*, *Rede de governança rival* e *Teoria do grupo de redes*. Acredita-se que este fenômeno ocorra nem tanto pela disparidade dos constructos, mas principalmente pela falta de convergência nominal entre constructos com significado semelhante, conforme ressaltam Hoffmann, Molina-Morales & Martínez-Fernández (2007, p. 109): “pensar em tipologia em termos de redes é um risco, pois existem várias classificações e conceitos que se equivalem”. Observa-se também cinco díadas de teorias desconexas a rede principal.

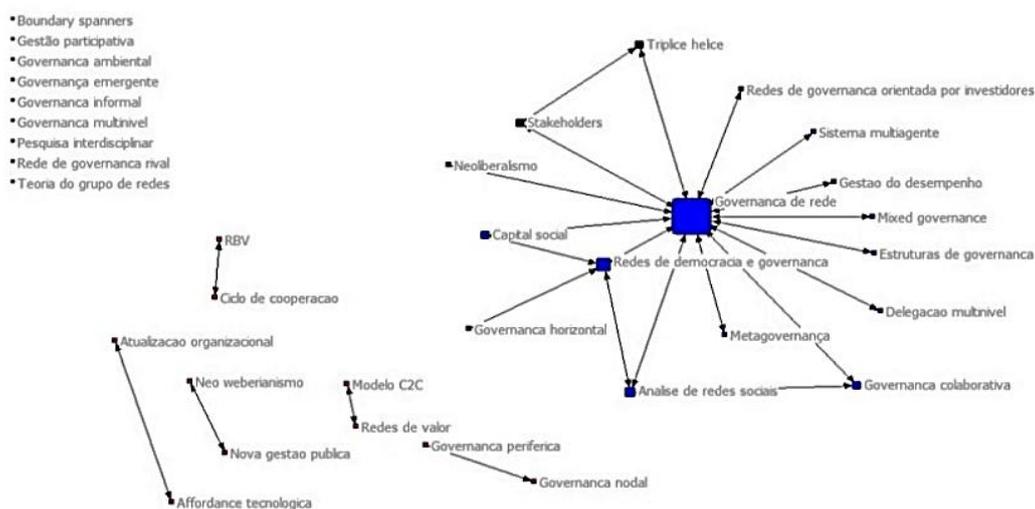


Figura 5. Centralidade da rede de teorias e facções

A rede principal possui alto grau de centralidade no construto Governança de rede, que está ligado a treze construtos dentre os quais se destaca: Redes de democracia e governança, Capital social, *Stakeholders*, Hélice tríplice, Governança colaborativa e Análise de Redes Sociais, com maiores graus de centralidade. É evidente a diversidade de construtos e amplitude de temas pelos quais a abordagem de redes é a temática principal, o que justifica a tendência de formação de cliques em busca de especialização em subtemas da abordagem de redes, mas necessita-se de estudos que verifiquem elementos que interliguem os cliques isolados aos demais da rede para uma visão sistêmica da mesma. A separação das teorias isoladas da rede principal caracteriza-se como um buraco estrutural (Burt, 1992), o que impede que as teorias estabeleçam uma conexão que traga conhecimentos sistêmicos e complementares para o campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se neste trabalho uma análise da produção científica internacional sobre governança de redes. Dentre os principais temas mapeados, destacam-se: Governança de rede, Meio ambiente, Gestão Pública e Redes Sociais. A rede de temas demonstrou características de alto nível de conectividade, o que evidencia a amplitude de aplicações empíricas do campo e sua interdisciplinaridade.

Observou-se a formação de um clique isolado da rede central, formado pela tríade temática: sistema multiagente, estratégia e governança nodal, que estão mais próximos da facção rosa. A pouca ligação destas redes pode ser justificada pela busca de novos significados e entendimentos para o contexto da governança em redes, explicada pelo recente crescimento e variedade de conceitos que vem surgindo nos campos de estudo. A pluralidade de conceitos acaba por reordenar a estrutura da rede. Tal fato demanda o desenvolvimento de estudos que utilizem de outras abordagens de governança e interliguem a rede a estas temáticas. Conclui-se ainda que em contraponto com a revisão de literatura, o tema Cooperação não aparece como central e está isolado da rede principal.

As seguintes teorias estão isoladas, não apresentando nenhuma conexão com as demais mapeadas na rede: *Boundary spanners*, Gestão participativa, Governança ambiental, Governança emergente, Governança informal, Governança multinível, Pesquisa interdisciplinar, Rede de governança rival e Teoria do grupo de redes. A rede principal possui alto grau de centralidade no constructo Governança de rede, que está ligado a treze construtos dentre os quais se destaca: Redes de democracia e governança, Capital social, *Stakeholders*, Hélice tríplice, Governança colaborativa e Análise de Redes Sociais, com maiores graus de centralidade. Infere-se que a separação das teorias isoladas da rede principal caracteriza-se como um buraco estrutural, o que impede que as teorias estabeleçam uma conexão que traga conhecimentos sistêmicos e complementares para o campo. Observa-se que o campo utiliza de múltiplas técnicas de coleta e análise de dados, perfazendo análise qualitativas e quantitativas de forma complementar, o que enriquece os estudos e permite múltiplas perspectivas.

Como agenda de estudos futuros, sugere-se o desenvolvimento de ensaios teóricos, pouco abordados na literatura, que discutam a interconexão das temáticas e, principalmente, que conectem as teorias isoladas, eliminando os buracos estruturais da rede de teorias. Ainda, recomenda-se que novos estudos contemplem a utilização de *grounded theory*, em uma abordagem qualitativa, e meta dados, em uma perspectiva quantitativa, a fim de evidenciar novas interconexões teóricas a partir de uma revisão sistêmica dos estudos empíricos internacionais.

REFERÊNCIAS

- Albers, S. (2005). *The design of alliance governance systems*. KölnerWissenschaftsverlag.
- Alejandro, V., & Norman, A. G. (2005). Manual introductorioal analisis de redes sociales: medidas de centralidad, exemplos practicos com Ucinet 6.85 y Netdraw 1.48. *Santiago: Universidade Bolivariana do Chile*.
- Alves, L. E. S. (2001). Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, 41(4), 78-86.
- Alves, S. T. J., Gonçalves, C. A., & Pardini, D. J. (2014). Governança e Inovação em Redes Industriais: um estudo do setor produtivo de bolsas e calçados. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), 11.
- Ansell, C., & Gash, A. (2008). Collaborative governance in theory and practice. *Journal of public administration research and theory*, 18(4), 543-571.
- Bell, J., Kennedy, K., Smee, C., Muddyman, D., & Kaye, J. (2015). 'Pop-Up' Governance: developing internal governance frameworks for consortia: the example of UK10K.

- Bez, G., Faraco, R. Á., & Angeloni, M. T. (2011). Aplicação da técnica de análise de redes sociais em uma instituição de ensino superior. *Anais do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração*. Vitória, ES, Brasil, 26.
- Bode, I., & Firbank, O. (2009). BarrierstoCo-Governance: Examiningthe “Chemistry” of Home-Care Networks in Germany, England, and Quebec. *Policystudiesjournal*, 37(2), 325-351.
- Borgatti, S. P., Carley, K. M., & Krackhardt, D. (2006). On the robustness of centrality measures under conditions of imperfect data. *Social networks*, 28(2), 124-136.
- Britto, J. (2000). Elementos estruturais e mecanismos de operação das Redes de Firms: uma discussão metodológica. *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política*, Organizador: SEP–Sociedade Brasileira de Economia Política, Fortaleza, Brasil.
- Bufrem, L., & Prates, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, 34(2), 9-25.
- Burris, S., Drahos, P., & Shearing, C. (2005). Nodal governance. *Austl. J. Leg. Phil.*, 30, 30.
- Burt, R. S. (1992). Structuralholes. Cambridge: Harvard University Press.
- Cadima, R., Ojeda, J., & Monguet, J. M. (2012). Social Networks and Performance in Distributed Learning Communities. *Educational Technology & Society*, 15(4), 296-304.
- Carstens, D. D., & Machado-da-Silva, C. L. (2006). Estratégia e estrutura de relacionamentos na rede de Empresas Alpha. *XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*. Anais, Salvador: ANPAD.
- Cassiolato, J. & Lastres, H. (2003). O foco em arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: RelumeDumará.
- Dallabrida, V. R. (2015). Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, (215), 304-328.
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separationofownershipandcontrol. *The journaloflawandEconomics*, 26(2), 301-325.
- Fletcher, R. (2013). Peripheral governance: administeringtransnationalhealth-careflows. *InternationalJournalof Law in Context*, 9(2), 160-191.
- Frey, K. (2007). Governança urbana e participação pública. *RAC-eletrônica*, 1(1), 136-150.
- Gomides, J. E., & Silva, A. C. (2010). O surgimento da expressão “governance”, governança e governança ambiental: um resgate teórico. *Revista de CiênciasGerenciais*, 13(18), 177-194.
- Granovetter, M. (1981). Toward a sociological theory of income differences.
- Granovetter, M. (1983). The strengthofweakties: A network theory revisited. *Sociological theory*, 201-233.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American journal of sociology*, 91(3), 481-510.
- Grydehøj, A., & Nurdin, N. (2016). Politicsoftechnology in the informal governance ofdestructivefishing in Spermonde, Indonesia. *GeoJournal*, 81(2), 281-292.
- Hanneman, R. A., & Riddle, M. (2005). Introduction to social network methods.
- Hertting, N. (2009). Neighborhood network governance, ethnicorganization, andtheprospects for politicalintegration. *JournalofHousingandtheBuiltEnvironment*, 24(2), 127-145.
- Hoffmann, V. E., Molina-Morales, F. X., & Martínez-Fernández, M. T. (2007). Redes de empresas: proposta de uma tipologia para classificação aplicada na indústria de cerâmica de revestimento. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(SPE1), 103-127.
- Hospes, O. (2014). Markingthesuccessorendof global multi-stakeholder governance? The riseofnationalsustainabilitystandards in IndonesiaandBrazil for palmoilandsoy. *Agricultureandhumanvalues*, 31(3), 425-437.
- Howlett, M. (2014). Fromthe ‘old’tothe ‘new’policy design: design thinkingbeyondmarketsandcollaborative governance. *PolicySciences*, 47(3), 187-207.
- Jarillo, J. C. (1988). Onstrategic networks. *Strategic management journal*, 9(1), 31-41.

- Jones, C., Hesterly, W. S., & Borgatti, S. P. (1997). A general theory of network governance: Exchange conditions and social mechanisms. *Academy of Management Review*, 22(4), 911-945.
- Juda, L. (1999). Considerations in developing a functional approach to the governance of large marine ecosystems. *Ocean Development & International Law*, 30(2), 89-125.
- Kachigan, S. K. (1986). *Statistical analysis: An interdisciplinary introduction to univariate & multivariate methods*. Radius Press.
- Kadushin, C. (2012). *Understanding social networks: Theories, concepts, and findings*. OUP USA.
- Kelman, C. C. (2013). Governance lessons from two Sumatran integrated conservation and development projects. *Conservation and Society*, 11(3), 247.
- Klijin, E. H., & Koppenjan, J. (2014). Complexity in governance network theory. *Complexity, Governance & Networks*, 1(1), 61-70.
- Kooiman, J. (2002). Governance. A social-political perspective. In *Participatory governance* (pp. 71-96). VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Kooiman, J., & Jentoft, S. (2009). Meta-governance: values, norms and principles, and the making of hard choices. *Public Administration*, 87(4), 818-836.
- Lastres, H. M. M., & Cassiolato, J. E. (2006). *Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros*. Editora E-papers.
- Laurie, G. (2011). Reflexive governance in biobanking: on the value of policy-led approaches and the need to recognize the limits of law. *Humangenetics*, 130(3), 347.
- MacLeod, M. R. (2009). Emerging investor networks and the construction of corporate social responsibility. *Journal of Corporate Citizenship*, 34, 69-96.
- Matheus, R. F., Parreiras, F. S., & Parreiras, T. A. S. (2006). Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. *Ciência da Informação*, 35(1), 72-93.
- Miles, R. E., & Snow, C. C. (1986). Organizations: New concepts for new forms. *California management review*, 28(3), 62-73.
- Milward, H. B., & Provan, K. G. (2000). Governing the hollow state. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10(2), 359-380.
- Pascotto, S. M. P., Farina, M. C., Rodrigues, T. H. P. T., & Dugo, J. C. (2013). Análise de rede social para mensuração das estruturas formais e informais. *Revista de Administração da UFSM*, 6, 179-194.
- Perrow, C. (1993). Small firm networks. *Institutional change: Theory and empirical findings*, 111-138.
- Pires, E. L., Fuin, L. L., Mancini, R. F., & Neto, D. P. (2011). A GOVERNANÇA TERRITORIAL NO BRASIL: Conceitos e Modalidades. *Rio Claro: UNESP-IGCE: Programa de Pós graduação em Geografia*.
- Provan, K. G., & Kenis, P. (2008). Modes of network governance: Structure, management, and effectiveness. *Journal of public administration research and theory*, 18(2), 229-252.
- Rhodes, R. A. (1997). *Understanding governance: Policy networks, governance, reflexivity and accountability*. Open university press.
- Roth, A. L., Wegner, D., Júnior, J. A. V. A., & Padula, A. D. (2012). Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. *Revista de Administração*, 47(1), 112-123.
- Scherer, A. G., Palazzo, G., & Baumann, D. (2006). Global rules and private actors: Toward a new role of the transnational corporation in global governance. *Business Ethics Quarterly*, 16(4), 505-532.
- Smith, T. M., & Fischlein, M. (2010). Rival private governance networks: Competing to define the rules of sustainability performance. *Global Environmental Change*, 20(3), 511-522.
- Suzigan, W., Garcia, R., & Furtado, J. (2007). Governance Structures In Local Productive Systems [estruturas De Governança Em Arranjos Ou Sistemas Locais De Produção]. *Gestao e Producao* (p. 1).

- Thauer, C. R. (2015). In need of meta-governance: Business networks of transnational governance. *Israel Law Review*, 48(2), 189-218.
- Theurl, T. (2005). From corporate to cooperative governance. *Economics of Interfirm Networks, Tübingen*, 149-192.
- Wasserman, S., & Faust, K. (1994). *Social network analysis: Methods and applications* (Vol. 8). Cambridge university press.
- Williamson, O. E. (1979). Transaction Cost Economics: The governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, 22(2), 223-261.
- Williamson, O. E. (1988). Corporate finance and corporate governance. *The journal of finance*, 43(3), 567-591.
- Yoon, W., & Hyun, E. (2010). Economic, social and institutional conditions of network governance: Network governance in East Asia. *Management Decision*, 48(8), 1212-1229.